



Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Os impactos da **soja** na safra 2009/10

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

www.agrocombustiveis.org.br

ONG Repórter Brasil

www.reporterbrasil.org.br

Abril de 2010



Mata degradada por sojicultores em Tabaporã, norte do Mato Grosso

Foto: Verena Glass

Apresentação

Enquanto os olhos do mundo estão atentos às condições de sustentabilidade com que é fabricado o etanol brasileiro, outro agrocombustível produzido em volumes cada vez maiores no país não merece tanta atenção. Trata-se do biodiesel, que a partir de janeiro de 2010 passou a ser adicionado em 5% ao diesel vendido nos postos – até então, a mistura era de 4%. Por um lado, o desinteresse para com o biodiesel tem uma razão quantitativa: apesar do aumento de produção, a estimativa é que sairão das usinas 2,5 bilhões de litros desse combustível em 2010 – pouco, ainda, se comparado aos 25,8 bilhões de litros de etanol previstos na atual safra. Por outro lado, a estrutura produtiva do parque brasileiro de biodiesel traz um alerta que precisa ser debatido com mais ênfase pela sociedade: a soja mantém-se como a matéria-prima responsável por cerca de 80% do biodiesel nacional.

Esse dado, na prática, revela mais do que o fracasso do programa oficial de inclusão de pequenos produtores de mamona e dendê na cadeia dos agrocombustíveis renováveis. Ele indica também que todos os problemas ambientais, sociais e trabalhistas ligados ao atual modelo de expansão da sojicultura colocam-se como obstáculos aos discursos empresariais e governamentais de que os agrocombustíveis brasileiros são paradigma da chamada “energia limpa”. Nos últimos anos, o direcionamento do grão para o setor de geração de energia tem sido cada vez maior. Em 2008, foram consumidos 3,5 milhões de toneladas de soja para a produção de biodiesel, o que representava cerca de 5,8% de toda a safra da época. Em 2010, 8,3 milhões de toneladas devem virar fonte de energia, quantidade que equivale a 12,3% do total produzido. Ou seja, em apenas dois anos, a proporção de soja para biodiesel mais do que dobrou.

Os problemas trazidos pela expansão das áreas de soja não são poucos, como reconhecem, na prática, as próprias empresas e associações empresariais ligadas à cadeia produtiva do grão quando se engajam, junto a ONGs e órgãos do Estado, em iniciativas que visam à sustentabilidade agrícola. Algumas delas são voltadas ao monitoramento da soja, mas sua abrangência tem sido limitada e não atingiu a produção de biodiesel. Um exemplo de iniciativas do tipo, mas de abrangência limitada, é a Moratória da Soja, nome dado ao pacto firmado entre a Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e ONGs ambientalistas (e que teve adesão do Ministério do Meio Ambiente em 2008). Criada em 2006 e com prazo de encerramento previsto para julho deste ano, a moratória mira o rastreamento da soja produzida no bioma amazônico a fim de minimizar a participação do grão no desmatamento da Amazônia e combater o trabalho escravo no setor em nível nacional. Mas, além de não zerar o desmatamento e nem o trabalho escravo na cadeia produtiva, sua atuação se restringe a empresas associadas¹ da Abiove, deixando de fora a maioria das usinas de biodiesel.

¹ São empresas associadas: Algar Agro S.A., ADM Brasil Ltda., Amaggi Exportação e Importação Ltda., Baldo S/A -Comércio Indústria Exportação, Bunge Alimentos S/A, Cargill Agrícola S/A, Imcopa Importação Exportação e Indústria De Óleos Ltda., Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A, e Óleos Menu Indústria e Comércio Ltda.

Já para além do bioma amazônico, o mercado produtor e consumidor de soja ainda não implementou critérios de sustentabilidade socioambiental negociados em iniciativas como a Mesa Redonda da Soja Responsável ou a Mesa Redonda dos Biocombustíveis Sustentáveis, o que se reflete nos contínuos impactos da cultura principalmente no frágil bioma Cerrado. Nas próprias esferas governamentais, a produção de biodiesel não foi objeto de nenhuma regulamentação socioambiental, trabalhista e fundiária para além do que consta nas respectivas legislações.

Existe, de fato, uma preocupação com o cumprimento das regras estabelecidas pelo Selo Combustível Social, que normatiza as relações entre usinas e agricultores familiares. Não há, contudo, nenhuma garantia de que a soja produzida com participação de trabalho escravo ou que tenha causado impactos ambientais não componha o biodiesel consumido nas bombas de combustível – ou nossa pauta de exportações.

Neste relatório, focado na análise da safra 2009/10 da soja, o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) analisa alguns aspectos da produção da cultura em regiões onde está consolidada – Mato Grosso – e onde novas fronteiras têm sido abertas – Oeste da Bahia –, da relação de usinas de biodiesel com a cadeia produtiva do grão, e das tendências das articulações de critérios de sustentabilidade, apontando alguns dos problemas que ainda permanecem latentes neste setor. Com isso, o CMA dá continuidade a seu trabalho anual de pesquisa sobre a sustentabilidade da safra de soja, cujos aspectos já foram discutidos nos relatórios divulgados em 2008 e em 2009.

Impactos socioambientais da soja no Mato Grosso

Com municípios inseridos na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, Mato Grosso tem sua enorme biodiversidade ameaçada pela expansão das áreas de soja. Na safra 2009/10, o Estado deve ser responsável por 18,7 milhões de toneladas de soja, o equivalente a 28% da produção nacional. É, disparado, o maior produtor do país. Entretanto, tamanha pujança de seu agronegócio cobra um alto custo ambiental. A soja tem sido um dos principais vetores do desmatamento do Cerrado² e também tem se expandido sobre áreas de desmatamento recente no bioma amazônico, apesar de esforços como a Moratória da Soja.

Mato Grosso possui, segundo o IBGE, 12 municípios totalmente e 24 municípios parcialmente inseridos no bioma amazônico – os demais municípios estão inseridos, majoritariamente, nos bioma Cerrado e Pantanal. De acordo com o Ibama, a soja tem sido responsável por boa parte dos problemas ambientais no Estado. Um levantamento do órgão

² De acordo com o Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no Cerrado: 2002 a 2008 - Cooperação técnica MMA/IBAMA/PNUD e Centro de Sensoriamento Remoto – CSR/IBAMA (http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/Relatorio%20tecnico_Monitoramento%20Desmate_Bioma%20Cerrado_CSR_REV.pdf), de novembro de 2009, o bioma perdeu 85.074,87 km² neste período, o que representa uma taxa anual em torno de 14.200 km², causados principais por soja, cana, pecuária e carvão.

sobre os principais focos de desmatamento do Cerrado entre 2002 e 2008 aponta que sete dos 20 municípios campeões de desmatamento do bioma (ver tabela completa na página 13) estão no Mato Grosso. Todos são produtores de soja, como aponta a tabela a seguir:

Municípios no MT constantes da lista dos 20 maiores desmatadores do Cerrado

Município	Desmatamentos em km2	Cerrado desmatado	Soja em hectares (safra 2010)
Paranatinga	1.054,07	6,4%	65.000
Brasnorte	791,69	11,8%	149.000
Nova Ubiratã	766,03	15,1%	250.000
Sapezal	697,47	5,1%	375.000
Nova Mutum	621,47	7,1%	335.000
São José do Rio Claro	616,26	14,7%	90.000
Santa Rita do Trivelato	514,50	11%	145.000
Fonte: Ibama			

Apesar da Moratória da Soja, o grão voltou a se expandir sobre áreas desflorestadas em 2009. De acordo com a ONG Greenpeace, uma das entidades propositoras do acordo, este crescimento se deve, em parte, ao ciclo produtivo das áreas de desmatamento na Amazônia. Inadequadas ao cultivo imediato da soja, os solos desmatados são destinados primeiramente ao plantio de arroz e milho, culturas que “amansam” a terra, para depois receberem a oleaginosa. Assim, novos desmatamentos ocorridos a partir de 2006 passaram a ser usados para o plantio de soja apenas ano passado, o que tem aumentado o número de propriedades em desacordo com a Moratória³.

Independentemente dos estudos produzidos pelos grupos que acompanham a Moratória⁴, outros indícios apontam para a participação da soja no processo de desflorestamento da Amazônia Legal. Realizado pela Repórter Brasil, o cruzamento dos dados de autuações por crimes ambientais entre 2007 e 2009 (desmatamento e impedimento de regeneração de vegetação nativa), fornecidos pelo Ibama ou constantes da lista de áreas embargadas do órgão, com os registros da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica)⁵ resulta em ao menos 34 casos de fazendas com soja autuadas no Mato Grosso.

Elas estão localizadas em municípios totalmente localizados no bioma amazônico (tba) ou parcialmente localizado no bioma (pba) – um em Cláudia (tba); três em Itanhanga (tba); dois em Itaúba (tba); um em Lucas do Rio Verde (pba); dois em Nova Ubiratã, (pba); um em Porto dos Gaúchos (tba); 10 em Querência (tba); um em Ribeirão Cascalheira (pba); um em Santa Carmem (tba); oito em Sinop (tba); e quatro em Vera (pba). Os problemas, evidentemente, não existem apenas no Mato Grosso.

³ De acordo com o Greenpeace, os monitoramentos da Moratória se concentraram até agora apenas sobre desmatamentos maiores de 100 hectares. Em 2009, foram encontradas 12 áreas com soja em novos desmatamentos. Em 2010, esse número deverá ser maior.

⁴ O monitoramento da Moratória é feito tanto por uma auditoria contratada pela Abiove quanto pelo Greenpeace, que anualmente faz um levantamento independente.

⁵ A CNAE é um indicador das atividades produtivas registradas em um determinado CNPJ ou CPF (empresa ou fazendeiro). Não necessariamente todas as atividades listadas são praticadas na propriedade todos os anos.

No Pará, totalmente inserido no bioma amazônico, o cruzamento das autuações por crimes ambientais do Ibama com a CNAE também sugere relações da soja com problemas ambientais em 11 autuações ocorridas entre 2007 e 2009: três casos em Belterra, três casos em Dom Eliseu, dois em Santarém, um em Paragominas e três em Ulianópolis. No tocante aos aspectos sociais e trabalhistas, atualmente oito fazendas com soja – Estrondo (Formoso do Rio Preto, BA), Progresso (Uruçuí, PI), Cosmos (Ribeiro Gonçalves, PI), Fatisul (Dourados, MS), São Simeão (Campos Lindos, TO), Itália I (Presidente Kennedy, TO), Bananal (São Desidério, BA), e Lírio Antônio Parisotto (Uruçuí, PI) - estão na “lista suja” do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.

Já autuações com libertação de trabalhadores escravos em propriedades com lavoura de soja entre 2007 e 2009 atingiram ao menos 13 fazendas nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e Pará, de acordo com levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na Amazônia, dados dos grupos móveis de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho apontam que ao menos quatro propriedades com cultivo de soja tiveram libertações de trabalhadores escravos entre 2007 e 2009 – fazenda Colorado, em Nova Canaã do Norte (MT), fazenda Vale do Rio Verde, em Tapurah (MT), fazenda Curitiba, em Ribeirão Cascalheira, e uma propriedade na Gleba Pacoval, em Santarém (PA).



*Soja recém colhida e mata degradada ao fundo no assentamento Mercedes I/II, no MT
Foto: Verena Glass*

Impactos socioambientais e produção de biodiesel

Das 48 usinas de biodiesel atualmente em funcionamento, 42 utilizam a soja como matéria-prima. Destas, 26 possuem o Selo Combustível Social⁶, concedido às usinas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que prevê a compra de matéria-prima da agricultura familiar em troca de incentivos fiscais e da garantia de participação no leilão de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ao menos 15 usinas de biodiesel estão localizadas em municípios relacionados no Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado – 2002 a 2008, produzido pelo Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, como mostra a tabela a seguir:

Usinas de biodiesel e desmatamento do Cerrado por município entre 2002 e 2008

Usina	Município	UF	Desmatamento km2
Cooperbio Verde	Lucas do Rio Verde	MT	99,29
Fiagril	Lucas do Rio Verde	MT	99,29
Brasil Ecodiesel	Porto Nacional	TO	184,58
Biocar Biodiesel	Dourados	MS	22,82
Biocamp	Campo Verde	MT	283,11
Petrobras	Montes Claros	MG	135,00
Coomisa	Sapezal	MT	697,48
Cooperbio	Cuiabá	MT	66,48
Araguassu	Porto Alegre do Norte	MT	80,60
B-100	Araxá	MG	28,80
Tecnodiesel	Sidrolândia	MS	128,53
Caibiense	Rondonópolis	MT	12,72
ADM	Rondonópolis	MT	12,72
Barralcool	Barra do Bugres	MT	26,26
Binatural	Formosa	GO	34,08

Fonte: Ibama e Biodieselbr

De acordo com o MDA, além da exigência de contratação da produção da agricultura familiar pelas usinas e a contrapartida de fornecimento de assistência técnica e celebração de acordo comercial com os agricultores, o Selo Combustível Social não prevê nenhum critério ambiental ou outro mecanismo de monitoramento socioambiental. Ou seja, não “compete” ao Selo verificar o cumprimento da legislação ambiental ou fundiária nas áreas de agricultura familiar – respeito às Áreas de Preservação Permanente (APPs), averbação de reserva legal, tipo de posse da terra etc. –, não constituindo, portanto, garantia de responsabilidade socioambiental do biodiesel.

Estado visitado pelos pesquisadores da Repórter Brasil, o Mato Grosso pode ser tomado como exemplo dos problemas enfrentados pelo biodiesel no quesito sustentabilidade. Com 11 usinas em funcionamento – Cooperbio Verde, CLV Agrodiesel, Beira Rio Biodiesel, Fiagril, Biocamp, Coomisa, Cooperbio, Araguassu, Caibiense, ADM e Barralcool –, o

⁶ Dados do site Biodieselbr, <http://www.biodieselbr.com/biodiesel/fabricas/usinas-biodiesel.htm>

Estado não apenas tem apresentado problemas ambientais e trabalhistas na sojicultura de larga escala, como também em áreas de agricultura familiar. Restrita basicamente aos assentamentos de reforma agrária⁷, a produção familiar no Mato Grosso enfrenta grandes dificuldades para se estabelecer, e o cultivo de soja nos assentamentos, apesar de muitas vezes constituir uma opção econômica, é considerado pelo Incra contrário aos objetivos da reforma agrária, em especial o da diversificação da produção de alimentos.

A complexa relação de usinas e assentamentos

Estruturalmente, a produção de biodiesel no Mato Grosso enfrenta uma situação complexa, tanto no que se refere a critérios sociais, ambientais e fundiários, quanto no que tange o atendimento das exigências do Selo Combustível Social. Enquanto as usinas recorrem aos assentamentos e incentivam o cultivo de soja para atingir os 15% de gastos com a agricultura familiar previstos pelo Selo, o Incra tem tido dificuldades para implementar projetos de desenvolvimento sustentável e regularização ambiental nos assentamentos, o que tem levado a uma situação de insegurança social e jurídica, além de problemas de subsistência dos assentados, irregularidades fundiárias e crimes ambientais.

Em função de desmatamentos de grandes áreas de floresta amazônica, assentamentos como Mercedes I/II (em Tabaporã), Mercedes 5 (em Ipiranga do Norte), Itanhangá (em Tapurah), Pingo D'Água (em Querência), Nova Cotriguaçu (em Cotriguaçu) e Macifé I (em Bom Jesus do Araguaia), por exemplo, foram parcial ou totalmente embargados pelo Ibama nos últimos três anos⁸. Os problemas ambientais, no entanto, não têm interferido nos acordos de compra de soja para biodiesel.

De acordo com os assentados que cultivam o grão no assentamento Mercedes I/II, as usinas Fiagril, Coomisa e ADM tem adquirido sua soja para a produção do agrocombustível, mas a maioria dos produtores afirma não ter recebido assistência técnica, como exige o Selo Combustível Social. Em relação aos contratos de compra e venda previstos pelo Selo, que devem ser avaliados por entidade representativa dos agricultores (sindicatos ou cooperativas), os assentados afirmaram que as usinas fazem pré-financiamentos convencionais que incluem sementes, adubo e agrotóxicos (o que acaba viabilizando a atividade agrícola, uma vez que todas as políticas públicas de incentivo e financiamento estão paralisadas em função do embargo ambiental), mas não há participação da organização de classe no processo. As usinas Fiagril e Coomisa costumam pagar um prêmio de um real sobre o preço de mercado pela produção, prática não adotada pela ADM, afirmaram os assentados.

⁷ De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MT (Fetagri MT), no setor da soja mais de 80% dos agricultores familiares do Estado são assentados

⁸ O Ibama embargou 50.121,83 hectares do assentamento Mercedes I/II, 38.290,64 hectares do Mercedes 5, 71.564 hectares do Itanhangá, 23.058 hectares do pingo D'Água, 46.865 hectares do Nova Cotriguaçu e 38.469,13 hectares do Macifé I.

Em depoimento ao Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA), os produtores de soja do Mercedes I/II explicaram que a maioria chegou ao assentamento após 2003, bem depois da criação do projeto, em 1997. Em boa parte oriundos dos Estados do Sul, os sojicultores do Mercedes têm uma estrutura produtiva superior aos assentados originais (principalmente máquinas agrícolas de grande porte), organizando-se em grupos familiares ou de vizinhos e cultivando áreas contínuas de soja, milho e arroz que chegam a 500 hectares. Estas condições levaram a questionamentos dentro do próprio assentamento sobre a autenticidade destes agricultores enquanto clientes da reforma agrária. Também apontam a atividade sojeira como um dos vetores de desmatamento na área.

De acordo com o Incra, que está finalizando a vistoria da situação ocupacional do assentamento, a situação fundiária e o modelo produtivo do Mercedes I/II deverão ser questionados legalmente. Segundo o órgão, 77% dos lotes estão em situação irregular – a exemplo de compra e venda de lotes, arrendamentos, concentração fundiária e presença de prepostos –, o que pode levar a expropriações de áreas ocupadas ilegalmente. Quanto ao cultivo de soja, o órgão afirma que qualquer produção em larga escala necessita de autorização, sendo que a unificação de lotes por si só constitui concentração fundiária irregular. Mesmo no caso da cooperação entre parentes e vizinhos, de acordo com o Incra é preciso que se mantenham as divisões dos lotes, e que cada assentado possua sua própria moradia e organização produtiva, o que não é a regra no Mercedes.



*Lotes da reforma agrária convertidos em fazendas de soja, no assentamento Mercedes I/II
Foto: Verena Glass*

Procuradas pelo CMA para se manifestarem sobre a existência de critérios ambientais, sociais e fundiários nos processos de aquisição de matéria prima, as usinas Barralcool e ADM não responderam aos questionamentos. Já a Fiagril, que afirmou adquirir soja também nos assentamentos Mercedes 5 e Itanhangá, reconheceu que não leva em conta problemas legais de seus parceiros nas relações comerciais, mas declarou que tem buscado promover a adequação dos assentamentos às normas ambientais através do programa Lucas Legal⁹. Sobre os acordos com os agricultores previstos pelo Selo Combustível Social, a Fiagril afirmou que não estabelece este tipo de vínculo com todos os produtores, muitas vezes por terem sido financiados por outras usinas, mas computa todas as compras para fins de atendimento aos 15% de gastos com a agricultura familiar, previstos pelo Selo.

De acordo com documentos obtidos pelo CMA, a Fiagril também adquiriu soja de produtores constantes da lista de áreas embargadas por crimes ambientais do Ibama, como os produtores Nelson Lauxen e Paulo Emir Lauxen, ambos de Sinop. Em julho de 2008, a empresa comprou 89.160 kg de soja de Nelson, e em agosto de 2008, 15.941 kg de Paulo Emir, ambos integrantes da lista de áreas embargadas do Ibama desde abril do mesmo ano. Ainda conforme documento obtido pelo CMA, a Fiagril manteve relação comercial com o fazendeiro Sadi Zanatta, autuado por trabalho escravo em setembro de 2008.

Outra usina que deverá ter sua atuação questionada pelo Incra é a Biocamp, que compra soja no assentamento Dom Osório, em Campo Verde. De acordo com o Incra, a empresa firmou contratos com os assentados que mais se assemelham a arrendamentos dos lotes, assumindo o preparo do solo, o plantio, a aplicação de agrotóxicos e a colheita. Os agricultores ficam responsáveis apenas pelos cuidados (manejo) da lavoura. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde, também em Dom Osório ocorreu a unificação dos lotes para plantio de soja, única lavoura desenvolvida no assentamento. O sindicato afirma que também não participou da elaboração dos contratos da usina com os parceiros, que já enfrentaram problemas como o endividamento em relação à usina. De acordo com o sindicato, a usina recebe a produção de soja em pagamento pelos investimentos feitos na lavoura, e o excedente é dividido à meia (50% para a usina e 50% para o agricultor, que recebe apenas por este volume).

Já o MDA, que monitora as relações das usinas com a agricultura familiar em função do Selo Combustível Social, avalia que a relação da Biocamp com os assentados de Dom Osório não constitui arrendamento, mas financiamento da lavoura, o que é legítimo para fins de validação do Selo. O ministério também afirma que, independente da participação do sindicato na elaboração dos contratos, a entidade consta como “firmante” nos documentos oficiais, o que, do ponto de vista legal, é suficiente para o Selo.

A aposta das usinas de biodiesel na parceria com os assentamentos de reforma agrária baseada no plantio de soja no Mato Grosso, apesar de ser a saída mais imediata para o

⁹ Programa de regularização ambiental elaborado pela prefeitura de Lucas do Rio Verde, a ONG The Nature Conservancy (TNC), Syngenta, Fiagril, e Sadia, Promotoria de Justiça e Secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. O programa prevê mapeamentos fundiários, diagnóstico ambiental para cada propriedade rural, capacitação e manual de recuperação de áreas degradadas, e a elaboração de um manual de boas práticas trabalhistas.

atendimento das exigências do Selo Combustível Social, está carregada de problemas. Na avaliação do Incra, a soja não é uma lavoura adequada para o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos (ainda que, para o MDA, a cultura possa ser um indutor de diversificação de lavouras, já que se altera com o cultivo de milho na região Centro-oeste).

Entretanto, a falta de investimentos dos governos federal e estadual deixa poucas alternativas econômicas aos agricultores, rebate o movimento sindical. A exemplo do Mercedes I/II e do Dom Osório, o embargo ambiental, no primeiro caso, e a não formalização legal dos parceiros (que ainda não obtiveram o Contrato de Concessão de Uso (CCU) e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), necessários para regularizar a ocupação dos lotes e os contratos de venda de matéria prima para biodiesel) no segundo, transformam as usinas nos únicos investidores e a sojicultura em forte geradora de renda nos assentamentos, às vezes de forma irregular.

No caso do assentamento Dom Osório, avalia o Incra, a falta do CCU e da DAP, por princípio, impede o fechamento de contratos entre usinas e assentados, uma vez que o número da DAP do agricultor é componente obrigatório da documentação a ser apresentada pela usina ao MDA para a obtenção e manutenção do Selo Combustível Social. Sem a DAP, as operações estão utilizando a Relação de Beneficiários (RB) dos assentados, informou o MDA, mas o instrumento não é mencionado na Instrução Normativa (IN) do Selo Combustível Social¹⁰. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde, não apenas a Biocamp, como também a ADM e a Agrenco (usina que perdeu o Selo este ano em função do descumprimento de seus requisitos) têm buscado relações comerciais com os agricultores do assentamento.

Já no Mercedes I/II, agricultores afirmaram que todas as usinas que atuam no assentamento têm “comprado” DAPs de produtores que não trabalham com a cultura. De acordo com as denúncias – é importante frisar que estas não foram confirmadas ou comprovadas pelo CMA, que apenas reproduz neste documento o conteúdo dos depoimentos colhidos –, no intuito de aumentar o número de parceiros da agricultura familiar para atender às exigências do Selo Combustível Social, as empresas têm apresentado DAPs como sendo de produtores de soja, cultura que não condiz com a atividade dos agricultores em questão.

Segundo o MDA, todas as usinas de biodiesel do Mato Grosso foram auditadas em 2008. Foram encontradas irregularidades em várias delas, principalmente nos quesitos assistência técnica e celebração de contratos com os agricultores. Em função da gravidade dos problemas, as usinas Agrenco e CLV/Bertin perderam o Selo, sendo que outras foram notificadas e podem sofrer processos administrativos.

¹⁰ Segundo a IN, a DAP é documento obrigatório. No parágrafo 2º do artigo 4, consta que a documentação comprobatória do valor das aquisições da matéria-prima feitas do agricultor familiar deverá conter, no campo de informações complementares, o número da DAP. No artigo 7, o parágrafo 2º afirma que os contratos celebrados entre as partes deverão conter minimamente a identificação das partes integrantes do contrato, inclusive o número de DAP do agricultor familiar ou da cooperativa agropecuária;

Impactos socioambientais da soja no Oeste da Bahia



Fazendas em profusão: poder do agronegócio paira sobre a sociedade local
Foto: Antonio Biondi

Ao passo que a expansão da soja em áreas do bioma amazônico é objeto de importantes ações de monitoramento, outras regiões brasileiras experimentam um forte avanço da cultura, com a geração de uma série de impactos, em boa parte deles desconhecidos da opinião pública. É o caso, por exemplo, do Oeste da Bahia, uma região cuja produção da soja encontra-se em franco crescimento, na qual a expansão do agronegócio é marcada pela chegada de indústrias e pela comercialização de matéria-prima para usinas de biodiesel de outras localidades. Entre as safras 1992/93 e 2009/10, a soja local cresceu de 380 mil hectares para 1,05 milhão de hectares, um salto de quase três vezes em menos de duas décadas, portanto¹¹. Ao mesmo tempo, a região recebe trabalhadores de variadas regiões – parte deles levados ao Oeste baiano pelos famosos “gatos” (contratador de mão-de-obra a serviço do produtor rural) –, e apresenta diversos problemas relativos aos direitos trabalhistas e à legislação ambiental. Num cenário em que os agentes econômicos apresentam grande força, o poder público busca estabelecer o respeito ao Estado

¹¹ Informações da Aiba – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (www.aiba.org.br)

Democrático de Direito e adota uma série de iniciativas e procedimentos neste sentido – mas certamente ainda corre atrás de uma série de passivos acumulados.

A região é de grandes dimensões, tendo nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério as principais referências, e faz fronteira com outros cinco Estados: Minas, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí. Distantes quase 1 mil km de Salvador, as cidades locais mais ricas são palco inclusive de movimentos voltados à criação de um novo Estado na região. Seria o Estado do rio São Francisco, que teria nos grandes agricultores locais a provável força política principal¹² e cuja proposta de realização de um plebiscito sobre o tema encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados¹³. A área em questão apresenta avanços econômicos e sociais em função do crescimento do agronegócio, com o desenvolvimento da infra-estrutura acontecendo de forma diretamente relacionada a esse setor – por exemplo, com obras na rodovia BR-135, que liga a região ao Sul do Piauí. Ao mesmo tempo, trata-se de um conjunto de municípios marcado por expressivos índices de pobreza, e que tem nos investimentos em saneamento uma de suas grandes demandas para a melhoria da qualidade de vida na região.

No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH) referente a 2000, por exemplo, entre as nove cidades que mais plantam soja na Bahia, todas apresentam um IDH abaixo do apresentado pelo país (0,766, numa escala que vai de 0 a 1, sendo tanto melhor o índice quanto mais perto de 1). Barreiras é a melhor colocada no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, aparecendo, contudo, somente na posição 2.560ª entre os 5.507 municípios brasileiros. Riachão das Neves, a pior colocada entre os principais municípios sojeiros do Estado, aparece na posição de 5.133ª no ranking do IDH. São Desidério, principal plantador de soja na Bahia aparece na 4.486ª posição. Em outros indicadores, como os apresentados pelo Atlas da Exclusão Social no Brasil, a região também se encontra em situação bastante frágil.

IDH no Oeste baiano

Município	Posição no ranking nacional do IDH
Barreiras	2.560ª (0,723)
Formosa do Rio Preto	3.820ª (0,646)
Correntina	3.884ª (0,642)
Jaborandi	4.360ª (0,617)
Cocos	4.386ª (0,615)
São Desidério	4.486ª (0,61)
Serra do Ramalho	4.700ª (0,598)
Baianópolis	4.805ª (0,592)
Riachão das Neves	5.133ª (0,569)
O IDH do Brasil, em 2000, era de 0,766	
A Bahia situava-se na 22ª posição no ranking estadual em 2000 (0,688)	
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-PNUD	
Obs: Luís Eduardo Magalhães ainda não havia se emancipado de Barreiras em 2000, por isso não aparece na tabela aqui apresentada	

¹² Para mais informações sobre o movimento pela criação de um novo Estado na região, visite: <http://www.fundasf.com/>

¹³ Proposta de Decreto Legislativo número 631/1998, do deputado Gonzaga Patriota.

Belezas em risco no Cerrado da Bahia e Estados vizinhos

Em relação ao meio ambiente, a região apresenta belezas ímpares, com um riquíssimo Cerrado, rios em profusão, cachoeiras, lagoas e grandes serras. A quantidade de problemas é proporcional – na realidade, chega a chamar até mais atenção – às belezas locais. Dos dez municípios que mais plantam soja na Bahia, seis são campeões de desmatamento do Cerrado entre 2002 e 2008, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente¹⁴:

Formosa do Rio Preto (campeã nacional de desmatamento do Cerrado no período, 2ª em área plantada de soja na Bahia em 2008), São Desidério (vice-campeã em desmatamento, 1ª em área plantada na Bahia), Correntina (3ª e 5ª), Jaborandi (9ª e 7ª), Barreiras (14ª e 4ª) e Riachão das Neves (17ª e 6ª).

Município	Plantio da soja na Bahia*	Desmatamento do Cerrado**	Áreas embargadas***
São Desidério	1º (255.000)	2º (1.329,4 km ² , 9,0%)	41
Formosa do Rio Preto	2º (152.000)	1º (2.003,1 km ² , 12,4%)	65
Luís Eduardo Magalhães	3º (136.500)	80º (233,6 km ² , 5,81%)	15
Barreiras	4º (135.000)	14º (615,8 km ² , 7,8%)	53
Correntina	5º (100.000)	3º (1.284,4 km ² , 10,6%)	22
Riachão das Neves	6º (70.000)	17º (544,5 km ² , 9,3%)	14
Jaborandi	7º (35.000)	9º (724,3 km ² , 7,6%)	19
Cocos	8º (12.500)	101º (214,3 km ² , 2,12%)	6
Baianópolis	9º (7.000)	102º (214 km ² , 6,36%)	6
Serra do Ramalho	10º (1.618)	795º (9,1 km ² , 0,34%)	8
Fonte: IBGE e Ministério do Meio Ambiente			
*Posição no ranking estadual e total de hectares plantados na safra 2007/2008			
** Posição no ranking nacional de desmatamento do Cerrado entre 2002 e 2008, área total desmatada e percentual de desmate em relação à área total original do bioma em cada município			
*** Áreas embargadas em cada município, segundo o Ibama			

Aqui, vale registrar que tal situação de desrespeito ao Cerrado não é exclusividade da Bahia. Nas regiões vizinhas, a situação se repete, e, nos demais Estados que formam o Mapitoba (área que congrega os Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, e que tem apresentado forte avanço do agronegócio nos últimos anos), se repete a coincidência em relação aos municípios campeões do desmatamento e da produção da soja. No Piauí, por

¹⁴ Vinte municípios no Cerrado que mais sofreram desmatamento entre 2002 e 2008 (tendo como referência a área total original do Cerrado em cada município): 1 Formosa do Rio Preto-BA: 2.003,13 km² (12,4%), 2 São Desidério-BA: 1.329,38 km² (9,0%), 3 Correntina-BA: 1.284,39 km² (10,6%), 4 Paranatinga-MT: 1.054,07 km² (6,4%), 5 Barra do Corda-MA: 874,41 km² (11,1%), 6 Balsas-MA: 862,05 km² (6,6%), 7 Brasnorte-MT: 791,69 km² (11,8%), 8 Nova Ubiratã-MT: 766,03 km² (15,1%), 9 Jaborandi-BA: 724,28 km² (7,6%), 10 Sapezal-MT: 697,47 km² (5,1%), 11 Baixa Grande do Ribeiro-PI: 661,81 km² (8,5%), 12 Nova Mutum-MT: 621,00 km² (7,1%), 13 São José do Rio Claro-MT: 616,26 km² (14,7%), 14 Barreiras-BA: 615,75 km² (7,8%), 15 Grajaú-MA: 608,13 km² (8,6%), 16 Uruçuí-PI: 548,13 km² (6,5%), 17 Riachão das Neves-BA: 544,54 km² (9,3%), 18 Santa Rita do Trivelato-MT: 514,50 km² (11,0%), 19 Crixás-GO: 491,26 km² (10,5%), 20 João Pinheiro-MG: 484,56 km² (4,5%)

exemplo, há dois integrantes na lista dos 20 maiores desmatadores do Cerrado: Baixa Grande do Ribeiro (11º maior desmatador) e Uruçuí (16º). Assim como na Bahia, tais municípios são, respectivamente, 2º e 1º principais plantadores de soja no Piauí.

No Maranhão, Balsas aparece em 6º na lista de desmatadores do Cerrado, sendo o principal município produtor de soja no Estado, ao passo que Grajaú surge em 15º na lista de desmatadores e como o 14º município que mais planta soja no Maranhão.

A situação verificada no Mapitoba no que diz respeito ao desmatamento se repete, ainda, em outros indicadores nada abonadores. Levantamento feito pelo CMA a partir dos dez maiores produtores de soja de cada Estado que integram o Mapitoba identificou que tais municípios possuem altos índices de problemas ambientais no cadastro do Ibama.

Na Bahia, por exemplo, o levantamento do CMA apontava para a existência de 966 autos de infração na página de áreas embargadas do Ibama em 16 de abril. Dessas áreas embargadas, 249 situavam-se nas dez maiores cidades plantadoras de soja na Bahia. Ou seja, 25,8% das áreas embargadas concentravam-se nessas cidades, ao passo que os outros 74,2% das áreas embargadas espalhava-se pelos 407 municípios baianos restantes.

Apesar dos indicadores, o Governo do Estado e os representantes dos produtores da Bahia avaliam que a situação está em uma perspectiva melhor. Com discurso semelhante, apontam para ambigüidades que a legislação apresentava e para problemas de estrutura dos órgãos ambientais, que levaram ao atual passivo.

Fiando-se em pesquisas que apontam para uma área preservada de cerca de 64% do Cerrado no Oeste da Bahia, governo e produtores entendem que a riqueza ambiental local será protegida, e apostam suas fichas nesse sentido no programa “Oeste Legal”, voltado a regularizar a questão ambiental junto aos produtores da região.

Enquanto isso, diversas fontes consultadas pelo CMA – entre órgãos de pesquisa, entidades, movimentos sociais e instituições públicas – apresentam suas preocupações em relação ao tema na região. São relatos e imagens contundentes, além de números impressionantes sobre procedimentos adotados pelo poder público para responsabilizar os que destroem o meio ambiente local.

Além de denúncias de contaminação de rios por agrotóxicos e de uso inadequado e não autorizado dos recursos hídricos locais, o CMA deparou-se com inúmeros registros de cursos d’água que estão desaparecendo, bem como com desmatamentos de áreas de preservação permanente, ou com a inexistência de áreas de reserva legal.

Somente o ofício do Ministério Público Estadual em Barreiras possui 46 procedimentos voltados a regularizar as áreas de reserva legal dos empreendimentos da região – uma das pautas priorizadas atualmente pelo órgão.

Neste cenário, parte da sociedade se mobiliza a fim de criar um parque nacional na região, na área do rio de Janeiro, curso d’água que conta com a incrível cachoeira do Acaba Vida e

com o lindo Poço do Redondo. O pleito, que tramita no ICMBio em Brasília, foi tentado alguns anos atrás. Sem sucesso na ocasião. E por motivos e interesses fáceis de se presumir.



Poço do Redondo: parte dos moradores sonha com a criação de parque nacional na região
Foto: Antonio Biondi

Direitos trabalhistas à sombra dos coronéis

No que se refere ao respeito aos direitos trabalhistas, o Oeste da Bahia apresenta algumas tristes marcas também. Entre 2003 e 2009, a região apresentou nada mais nada menos que 43 casos de propriedades flagradas com trabalhadores em situação análoga à escravidão¹⁵. No período, somente dois casos na Bahia, em Juazeiro e Sebastião Laranjeiras não se referiram à região Oeste do Estado. Os flagrantes se relacionam a casos verificados no algodão, pecuária, carvoaria, soja e milho, entre outras atividades. Atualmente, a “lista suja” do trabalho escravo conta com duas propriedades do Oeste da Bahia em que houve o flagrante de trabalho escravo na soja, uma delas em Formosa do Rio Preto e a segunda em São Desidério¹⁶. Além desses dois casos, a “lista suja” inclui mais três propriedades com trabalho escravo na soja no Piauí, duas no Tocantins e uma no Mato Grosso do Sul.

¹⁵ Para acessar os dados completos, visite: <http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/conteudo/view/20>

¹⁶ Dados disponíveis em <http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/listasuja/lista>

Coincidência ou não, os municípios em que houve flagrante de trabalho escravo na soja na Bahia e Piauí são também campeões do desmatamento do Cerrado.

Ao passo que a saúde do trabalhador ainda é negligenciada por muitos empregadores, multiplicam-se os relatos e estatísticas de problemas relacionados à intoxicação por agrotóxicos, falta de equipamentos de proteção e até mortes no trabalho. A Agrícola Xingu, por exemplo, foi palco em 2008 de acidentes que levaram a morte de dois de seus trabalhadores. Em 2002, a Bunge também teve um acidente em suas dependências que levou a morte de um trabalhador. Ambas empresas chegaram recentemente a acordos judiciais com o Ministério Público do Trabalho, arcando com verbas de indenização pela morte dos trabalhadores e assumindo compromissos para melhoria das condições de segurança no ambiente de trabalho. A vastidão dos municípios e das propriedades certamente colabora com as dificuldades verificadas no campo trabalhista. Mas a ganância e o desprezo pelo semelhante possuem seu quinhão de responsabilidade nos problemas.

No lixão de Barreiras, a ONG local 10 Envolvimento desenvolve hoje projeto de formação com os trabalhadores que ali vivem. Em ida ao local, o CMA pode constatar a situação a que parte das pessoas da região está sujeita. Em seus relatos, os trabalhadores demonstram que a superexploração, a coação, o constrangimento, a servidão, e, conseqüentemente, a escravidão, são aspectos comuns em suas histórias. Tanto que, ao comentar sua atual situação, de viver no lixão e obter sua renda da reciclagem dos materiais ali lançados, afirmam estarem em situação melhor hoje do que as enfrentadas anteriormente. Das quais fugiram, ou, às quais, simplesmente, optaram por não mais se sujeitar.



*No lixão de Barreiras: escolha dos trabalhadores frente às fazendas da região
Foto: Antonio Biondi*

Acostumados a trabalhar na aridez “do Gerais” (como os trabalhadores chamam as fazendas que se espalham pelo intenso Cerrado local) e a não verem respeitados seus direitos, os trabalhadores contam que é comum o não pagamento de direitos, salários, horas extras, verbas rescisórias. Uma situação que chega ao absurdo de um empregador, obrigado por meio de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) pelas autoridades competentes a acertar indenizações referentes a danos morais, exigir parte dos valores de volta dos trabalhadores após a saída das autoridades. O empregador em questão, proprietário da fazenda Gerais, não foi localizado pela reportagem para comentar o problema.

A forma pela qual a região vai se moldando, seja no panorama macro, seja em cada detalhe, dificulta a ação das instituições, sejam as locais, sejam as estaduais ou federais. Além das muitas fronteiras estaduais, das muitas distâncias entre os municípios, os trajetos entre as fazendas são muitas vezes tão longos quanto precários, podendo passar dos 100 km. E, com os municípios chegando a ter áreas próximas à do menor Estado brasileiro, Sergipe, muitas vezes quando um agente do poder público se dirige a uma propriedade para verificar uma denúncia ou para corrigir um problema, a situação já foi “maquiada” pelo proprietário antes da chegada da autoridade.

O Ministério Público do Trabalho, por exemplo, passou a contar com um escritório em Barreiras em 2006. Contando com somente dois titulares, o escritório do MPT em Barreiras é responsável por nada mais nada menos que 62 municípios baianos – tendo que cuidar não somente das ações preventivas e de fiscalização, mas também dos processos e audiências que dizem respeito a eles.

O Ministério do Trabalho e Emprego também conta atualmente com somente dois fiscais em Barreiras, apoiados por outros de Salvador eventualmente. Este ano foi feito um concurso para auditores do MTE, que contratará 12 novos fiscais para a gerência local. Com esse reforço, espera-se que a demanda por fiscalização seja atendida, ainda que parcial e temporariamente.

A situação verificada no campo trabalhista se repete em outros setores, nos quais os órgãos estatais tem buscado consolidar sua atuação, mas ainda enfrentam dificuldades para cumprir com suas obrigações. Na área fundiária, por exemplo, a região ainda é palco de intensos e variados conflitos pela terra, conforme afirmado ao CMA por praticamente todos os entrevistados localmente.

Em Ponte de Mateus, no município de São Desidério, por exemplo, a comunidade tradicional que vive há décadas na região é ameaçada por vários outros proprietários locais, que buscam somar terras da comunidade a seus empreendimentos. No outro extremo da realidade fundiária local, grandes fazendas, como a Estrondo, a Agrícola Xingu e a São José possuem áreas que chegam aos 100 mil, 200 mil, 300 mil, ou até 400 mil hectares – e cujos dados de registro muitas vezes são conflitantes entre um e outro órgão público.

Com as instituições buscando ampliar sua atuação e alcance localmente, a importância dos atores econômicos na melhoria das práticas produtivas locais cresce. E, neste sentido, Bunge e Cargill, com fábricas na região, e unidades de armazenamento em cada área mais promissora da produção local de soja, se afirmam como os principais *players* da região,

comprando a maior parte da produção sojeira local, utilizando-a para consumo próprio e vendendo-a para outros grupos, inclusive do biodiesel.



*Importante agente no Oeste baiano, Cargill não forneceu informações ao CMA
Foto: Antonio Biondi*

Procuradas pelo CMA, as duas empresas, que integram a Mesa Redonda da Soja Responsável tiveram atitudes distintas. A Cargill não respondeu às indagações da reportagem, alegando falta de tempo. Já a Bunge não revelou a quantidade de soja que compra localmente, além de afirmar não acompanhar o uso que seus compradores fazem posteriormente da soja. Por outro lado, explicou que utiliza cerca de 80% para consumo próprio. E elencou uma série de medidas destinadas a garantir práticas sustentáveis por parte de seus fornecedores. Mas reconhece ser esse um processo, em constante evolução e sujeito a riscos e adequações necessárias.

Critérios de sustentabilidade enfrentam **resistência**

Após anos de custosas negociações, em 2009 algumas das principais iniciativas pró-critérios socioambientais para a produção agropecuária, que envolvem empresas do setor e

representantes de ONGs, definiram algumas normas para tornar os modelos produtivos mais sustentáveis. É o caso das mesas redondas da Soja Responsável e a dos Biocombustíveis Sustentáveis, de caráter internacional, e da chamada Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária (www.iniciativabrasileira.com.br), de abrangência nacional. De modo geral, o próximo passo de cada iniciativa é testar os critérios em campo. O objetivo é avaliar em experiências-piloto se as normas são factíveis do ponto de vista produtivo e se cumprem as metas de sustentabilidade para as quais foram criadas. Mais tarde, poderiam ser oferecidas ao mercado como uma opção de certificação.

Na hora de implementar os critérios, porém, o setor produtivo passou a criar empecilhos para o avanço do processo. Um dos primeiros golpes ocorreu em maio de 2009, quando a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) se retirou da Mesa Redonda da Soja Responsável (www.responsiblesoy.org) por não concordar com a aprovação de restrições ao desmatamento e a expansão da cultura no Estado. A deserção se deu após dezoito meses de trabalho e três fases de consultas públicas para formulação de normas sobre o cumprimento à legislação, boas práticas de negócios, condições responsáveis de trabalho, relações responsáveis com comunidades, responsabilidade ambiental e boas práticas agrícolas. De acordo com a norma aprovada, a expansão do cultivo da soja, durante o período dos testes de campo, não poderia ocorrer em área desmatada após maio de 2009.

Voz dissonante e sediada em um Estado campeão em desmatamento, a Aprosoja defendeu que o debate sobre o tema fosse postergado. Em minoria, preferiu sair. A atitude foi seguida neste ano pela Abiove, que também deixou a mesa redonda, sob o argumento de que as propostas estavam muito distantes da realidade dos produtores. Apesar das baixas, os organizadores da mesa redonda continuam apostando na iniciativa. Agora, em 2010, o desafio é encontrar compradores de soja que aceitem pagar pelos custos produtivos extras em prol da sustentabilidade.

Se a Mesa Redonda da Soja Responsável avança, ainda que em ritmo lento, o mesmo não se pode dizer da Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária. Em novembro do ano passado, representantes do setor produtivo abandonaram o processo sob o argumento de que o modelo de governança não levava em conta as posições do grupo. Segundo carta assinada pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Abiove, Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares), Instituto de Estudos do Comércio e de Negociações Internacionais (Icône), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), União das Industrias de Cana de Açúcar (Unica) e Sociedade Rural Brasileira (SRB), a coordenação da Iniciativa Brasileira apresentou para consulta pública um conjunto de princípios e critérios dos quais alguns itens não haviam sido discutidos pelo grupo de trabalho que reunia produtores, ONGs ambientalistas e entidades sindicais. A secretaria-executiva da Iniciativa está nas mãos da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.

“É importante ponderar que a construção dos princípios e critérios não segue um parâmetro claro de tomada de decisão, o que prejudica a governança e a transparência do processo (...) A própria participação dos diferentes stakeholders nas reuniões não é constante (...) Os

princípios e critérios que constam da 2ª versão atenderão somente nichos de mercado, o que foge a um dos preceitos contidos na própria Missão da Iniciativa, que é a de criar princípios e critérios com enfoque no contexto produtivo brasileiro”, diz a carta.

Em seguida, os setores ambiental e social, do qual a Repórter Brasil faz parte, enviaram uma carta-resposta ao setor produtivo, cobrando esclarecimentos. “A suposta não concordância com os critérios discutidos não aponta nenhum caso específico, nem faz referência a qualquer fato em que algum deles tenha se distanciado do encaminhamento resultante das discussões havidas no GT”, diz o texto. Por enquanto, não há decisão sobre a continuidade do processo.

Ainda ao longo da atual safra, a Mesa Redonda dos Biocombustíveis Sustentáveis¹⁷ também passou por agruras. No fim de 2009, quando as ONGs participantes já estavam ansiosas pelo início dos testes de campo dos 12 princípios e critérios acordados, o grupo da indústria de biodiesel, em especial aquele ligado às companhias européias, passou a questionar o modelo de governança do processo, cobrando mais representatividade.

Para contornar o imbróglio, foi criada uma comissão para revisar os procedimentos internos de decisão e sugerir mudanças. Integrantes ligados às ONGs, porém, avaliam que o estrago está feito e os testes de campo podem atrasar. Se não houver novos problemas, a expectativa é avaliar na prática as regras de produção sustentável só no final deste ano ou no início de 2011.

Há uma série de lições que podem ser tiradas desses processos. A primeira é que as iniciativas multi-stakeholders não são – como já era de se esperar – a solução para todos os males socioambientais da agropecuária brasileira. Em tese, podem ser uma etapa importante para “enquadrar” o setor produtivo dentro de práticas que causem menos degradação. No entanto, até agora as companhias fizeram poucas concessões às ONGs ambientalistas e sociais.

Uma outra lição é que, em geral, as associações de classe ligadas ao setor produtivo costumam entrar nesses processos com uma agenda política: brigam por cada vírgula dos princípios e critérios e, no final, podem até dar seu aval a eles. Na hora de implantá-los, porém, falta bagagem executiva: enfrentam dificuldade para mobilizar produtores e indústria. Para participantes de mesas redondas, a aplicação das decisões pode ficar mais fácil se empresas participem diretamente dos processos com seus representantes.

A verdade é que, em 2010, grandes iniciativas internacionais multi-stakeholders, como as mesas redondas da Soja Responsável e dos Biocombustíveis Sustentáveis enfrentarão suas provas de fogo de implantarem na prática o que ficou acordado no papel. Para isso, as coordenações de cada iniciativa dependerão de uma concertação de mercado para que as companhias paguem prêmio por produtos que degradem menos o meio ambiente e não tenham origem na exploração do trabalhador. Enquanto esse momento não chega, o cenário no campo continua marcado por uma série de impactos ao meio ambiente e violações ao direito do trabalhador.

¹⁷ Ver mais informações em <http://cgse.epfl.ch/page65660.html>

Expediente

Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

Marcel Gomes (coordenador)

Antonio Biondi

Verena Glass

Colaboração

André Campos

Bianca Pyl

Maurício Hashizume

Maurício Monteiro

Suporte administrativo

Fabiana Garcia

Rafael dos Santos

Apoio



Solidaridad

Endereços para correspondência

biobr@reporterbrasil.org.br

São Paulo

Rua Bruxelas, 169, São Paulo-SP, CEP 01259-020

Telefones: (11) 2506-6570, 2506-6562, 2506-6576 E 2506-6574

Tocantins

Rua Porto Alegre, 446, Bairro São João, Araguaína (TO), CEP 77807-070